

Arquitetura Militar e a prática de defesa: formas de uma configuração**Luiza Nascimento de Oliveira***

Esta comunicação surgiu como um desdobramento da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2009 e 2010, por meio de uma Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/MAST), sobre o padre matemático jesuíta Diogo Soares e notadamente a sua produção cartográfica. A partir do seu texto *Tratado do modo com que se devem riscar e iluminar com aguadas as Plantas de Arquitetura Militar*¹, onde esse autor ensina a desenhar plantas de fortificação, foi possível compreender como a ciência ensinada fora aplicada em um conjunto de sete plantas de fortificação por ele desenhadas. Tal análise resultou em minha monografia de conclusão do Bacharelado em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2010.

Para a ampliação do escopo da pesquisa, a leitura, transcrição e análise do manuscrito “Exame Militar”, de 1703, escrito por Luiz Gonzaga² foi realizada. A ciência denominada por ele de arquitetura militar pode ser explorada, bem como sua relação com a conquista e domínio português na América Portuguesa. Ainda na intenção de compreender essa ciência e seus desdobramentos político-sociais, compararemos o ensino desse tratado com o de Diogo Soares.

Este trabalho tem a particularidade de verificar em que medida o incremento em Portugal dos saberes relativos à cartografia, à topografia e à fortificação na virada do século XVII para o XVIII, conjugava-se com as estratégias estatais de controlar e conhecer as potencialidades das terras distantes, sobretudo após os anos que seguiram a Restauração portuguesa de 1640, quando se tornou necessário uma redefinição das fronteiras ultramarinas e, junto com isto, uma melhoria no seu sistema de defesa.

A hipótese mais geral da pesquisa é verificar em que medida o conhecimento técnico-científico foi utilizado como argumento para reivindicar a posse e o exercício de

* Mestranda em História, PUC-RIO. Bolsista PCI/MCTI, no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

1Anexo do manuscrito “Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo todo (1721)”. Esse documento é atribuído ao padre matemático Diogo Soares, pois na folha de rosto da obra há o nome Diogo Simões, este segundo João Pereira Gomes seria um apelido de Soares. Sendo este último quem efetivamente ensinou matemática no Colégio de Santo Antão, em 1721, ano do manuscrito.

2Segundo Henrique Leitão, no Catálogo “Sphaera Mundi: A Ciência na Aula de Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP”, o P. Luiz Gonzaga possui outras obras que abordam temas como Cosmografia, Astronomia, Astrologia e até Quiromancia. O Tratado de Arquitetura Militar (“Exame Militar”) é identificado por Leitão como um importante curso de assuntos militares, notadamente de Engenharia e Fortificação.

domínio sobre um espaço distante, transformando estes em áreas de soberania da coroa portuguesa, em seus *territórios*. Além disto, exploramos de que modo estes saberes sobre o espaço foram incorporados aos discursos políticos que fundamentavam o poder da coroa durante o Antigo Regime em Portugal, para tanto se tornou fecundo trazer para nossas reflexões o processo de incorporação de áreas coloniais, nomeadamente o Rio de Janeiro e seu sistema defensivo.

Arte de defesa

A produção de trabalhos sobre a arte de defesa, como os de Diogo Soares e Luiz Gonzaga, nos despertou o interesse no aprofundamento de discussões sobre as relações entre a configuração espacial e a formulação de um discurso político que legitimasse a soberania da coroa sobre determinados espaços, fenômeno que acreditamos ainda mais forte quando relacionado às áreas ultramarinas. Para o estudo da arquitetura militar e dos saberes a ela relacionados, como a matemática e mesmo a astronomia, por meio dos documentos acima citados identificamos a relação entre a dita ciência e o discurso político forjado em Portugal durante os séculos XVII e XVIII, tendo como área privilegiada o território ultramarino.

A partir da análise do tratado de arquitetura militar “Exame Militar” foi possível confrontar teoria e prática. Esse documento discute algumas teses sobre a ciência de defesa, arquitetura militar para ele. Para Gonzaga esse saber é um dos eixos principais da matemática, e ao abordar temas relacionados à guerra, como o ânimo dos militares e a ordem da milícia, a obra exalta o Rei e os feitos militares. Além de compreender como este saber era entendido e aplicado como uma das formas de garantir a proteção do príncipe, permitindo a consolidação de seu poder e, em decorrência, a formação do estado português.

Luiz Gonzaga adverte em suas aulas que para o bom governo, o príncipe deve capacitar engenheiros no serviço da defesa, e este sendo através do conhecimento da arquitetura militar. A obra em questão é de 1703, e está no bojo da Guerra de Sucessão Espanhola, fato que nos remete ao período belicoso do Império Português. Além da

constante afirmação deste como independente após o fim da União Ibérica, com o advento da Restauração.

Desse modo, o momento do ensino do padre Gonzaga é pós-Restauração de Portugal, quando houve um maior interesse do Estado em fomentar os estudos sobre arquitetura articulados à defesa do Império³. Na busca por uma maior compressão sobre Portugal no período da Restauração, o livro de Rodrigo Bentes “O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720” nos introduz nesse ambiente, e este articulado às funções do rei em Portugal e na América Portuguesa. Bentes deixa claro como o jogo político interno português é heterogêneo e ambíguo, na medida em que durante a União Ibérica, muitos nobres apoiaram a Espanha, sendo necessária uma constante legitimação da independência da Coroa portuguesa até meados do século XVIII.

A Restauração fora o período em que Portugal afirma e consolida a sua independência⁴. Para entender a dimensão sociológica da Restauração, Luís Reis Torgal afirma que condições econômicas, sócias e políticas tanto em Portugal, quanto na Europa, são responsáveis por tal evento. “A Restauração é, por assim dizer, um daqueles períodos conjunturais de crise em que surgem algumas inovações que não correspondem a uma autêntica evolução social, e que por isso se perdem, embora possam sobreviver sob a forma de raízes profundas”⁵. Passou a não ser mais tão vantajosa a união com a Espanha, pois, como alvo de inimigos destes últimos, os portugueses percebem a necessidade de recuperar seu domínio e governo⁶. Além da crescente perda de autonomia portuguesa, com Filipe IV, por exemplo. O que é agravado pela crise financeira europeia, acarretando o aumento de impostos.

É nessa dinâmica de consolidação do trono português que Gonzaga ensina e escreve. Para a compreensão do período em que o “Exame” é elaborado, e seus pressupostos teóricos de manutenção do governo articulados à defesa, também cabe

3 Beatriz Bueno cita a fundação em 1647 da “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar” no Paço da Ribeira. Como resposta ao clima restauracionista, Portugal precisava se proteger; havendo a criação do Conselho de Guerra, em 1641, com uma Junta das Fortificações subordinada a esse Conselho. Para as Conquistas foram criadas as seguintes Aulas de Arquitetura Militar: Salvador (1696); Rio de Janeiro (1698-1699); Goa (1699); Angola (1699); São Luís do Maranhão (1699); Recife (1701); Belém (1758).

4 Apenas em 1668 foi reconhecida pela Espanha. Luís Reis Torgal. Ideologia política e teoria do Estado na Restauração. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, vol. 1.

5 Luís Reis Torgal. «Ideologia política e teoria do Estado na Restauração». Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, vol. 1, p. 56.

6 Não é só poder político, mas de governo; como observaremos mais adiante, Luiz Gonzaga é enfático quanto a importância desse pressuposto.

um pequeno recuo no tempo para trazer à luz os aspectos pré-Restauração. Com a crise do Império espanhol no século XVII, os portugueses puderam por em prática a independência, com o advento das seguintes condições: desenvolvimento do nacionalismo português; movimento de libertação com força argumentativa, e agora também material. E os argumentos *espirituais* ficam por conta dos ainda em voga sebastianismo e nacionalismo. A guerra que a Espanha travara com os principais estados europeus a enfraquece sobremaneira, garantindo que Portugal tivesse êxito em seu movimento de independência ⁷.

“A Restauração nos seus primeiros momentos aparece, assim, com um intuito de conservação da ordem sócio-política” ⁸. O motivo de Luiz Gonzaga tanto de alertar ao príncipe quanto ao modo, atitudes necessárias, para o bom governo que garantirão a manutenção do estado, pode estar justamente no fato de haver uma atmosfera de constante tensão no governo português; um clima de sedição, como, logo após a Restauração, por parte dos espanhóis que reivindicam o retorno à União Ibérica. Importante é lembrar que os jesuítas lutaram pela restauração portuguesa, e Gonzaga como jesuíta também está inserido nesta dinâmica.

A situação político-econômica de Espanha nos anos que antecederam a Restauração é percebida como ponto chave para esse episódio. Em crise, a coroa espanhola estava envolvida na Guerra dos Trinta Anos ⁹. A França declarara guerra à Espanha em 1635, além dos investimentos dos holandeses no Brasil. A crescente insatisfação dos portugueses para com a *nova* política espanhola engendrada pelo conde-duque de Olivares em 1624, que elevava os impostos, e instruída às reformas para a centralização do poder, se confrontava com a relação até então estabelecida com alguns setores da nobreza portuguesa de permanência das estruturas administrativas em Portugal anteriores à União Ibérica. O que estabelece um cenário para a ruptura. A crise espanhola somada aos seus envolvimento em distintos conflitos – contra a

7 Luís Reis Torgal. Ideologia política e teoria do Estado na Restauração. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, vol. 1; Rodrigo Bentes Monteiro. O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002. – Estudos Históricos; 45.

8 Luís Reis Torgal. „Ideologia política e teoria do Estado na Restauração„. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, vol. 1, p. 88.

9 Madalena Serrão Franco Schedel. “Guerra na Europa e interesses de Portugal: as colônias e o comércio Ultramarino. A Acção Política e Diplomática de D. João de Melo e Castro, V. Conde das Galveias (1792 -18114)”. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras; Departamento de História, 2010.

França, Holanda e a separação da Catalunha – possibilitaram as bases da independência portuguesa.

Ainda na busca de compreender o período histórico do escrito de Gonzaga, recuperamos Eduardo D’Oliveira França em “Portugal na Época da Restauração”, onde afirma que sobre as concepções de poder e de sua organização, Portugal da Restauração não intentava uma mudança estrutural, mas apenas a independência em relação ao domínio espanhol. Após a Restauração, o duque de Bragança, D. João IV, precisava do reconhecimento do reino e de seu governo; reforço das fronteiras com a Espanha; reconquistar no Ultramar as possessões perdidas para os Países Baixos, dada a guerra com a Espanha, seja na América, África e Ásia¹⁰. Nesse sentido, Portugal está envolvido em algumas disputas, quais sejam, contra Espanha, Países Baixos e França.

Com tais eventos no histórico português, nota-se uma necessidade constante em se proteger, tanto a soberania física – territorial – quanto política, de governo. É nessa conjuntura que Luiz Gonzaga fora instruído por D. Pedro II a ditar e ensinar sobre defesa e conservação do Império – arquitetura militar – aos alunos da “Aula de Esfera”, e aos filhos do dito monarca. Tais ensinamentos são compilados no tratado em estudo. A própria estrutura do tratado “Exame Militar” faz menção à política portuguesa para o início do século XVIII. Já em sua abertura Luiz Gonzaga esclarece que um dos motivos para a sua elaboração fora o incentivo de D. Pedro II¹¹.

Em 1703, data do manuscrito de Gonzaga, Portugal ainda na busca da manutenção de sua independência frente à União Ibérica, assina o Tratado de Methuen¹² com a Inglaterra e se posiciona no contexto da Guerra de Sucessão Espanhola. A disputa pelo trono espanhol deflagrada entre os Bourbons e os Habsburgos, acarreta uma guerra em solo português (e conquistas) no momento em que o Reino se posiciona a favor da Inglaterra. “[...] a mudança de rumo da política externa portuguesa levou o palco da guerra para seu território, tanto na Europa, quanto em diversas praças do Império, especialmente a América”¹³. Um exemplo foi que em 1705 a fortaleza da

10 Evaldo Cabral de Mello. O Negócio do Brasil: Portugal, Os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1998.

11 Para Luís de Albuquerque este seria o motivo principal. Luís de Albuquerque. “Estudos de História – VOLUME II”. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1974.

12 Previam amplas vantagens comerciais para os ingleses.

13 Júnia Ferreira Furtado. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. Topoi, v. 12, n. 23, jul - dez. 2011, p. 69.

Colônia do Sacramento é alvo do assalto espanhol, com o governador Sebastião Veiga Cabral a deixando juntamente com alguns civis e munições ¹⁴.

“Exame Militar”

De acordo com o Dicionário “Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura”, de 1969, Luiz Gonzaga nasceu em Lisboa em 1666, foi matemático e professor de ciências da “Aula de Esfera”, do Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus. Ingressou na ordem em 1683, três anos depois, lecionou latim e cursou filosofia durante quatro anos na Universidade de Évora. Foi ditar as ciências matemáticas no Colégio de Jesus, enquanto estudava Teologia nos anos de 1695-1699. Em 1700 voltou para Lisboa e tomou a regência da Aula de Esfera. Com Portugal envolvido na guerra da sucessão da Espanha, recebeu ordens de D. Pedro II que ditasse na referida Aula o Tratado da Arquitetura Militar, tendo ensinado também no palácio real, aos príncipes D. João, D. Francisco e D. António.

No dicionário citado, João Pereira Gomes defende que através do magistério de Gonzaga “nasceu em D. João V o gosto das ciências exatas, que sempre manteve e havia de concretizar em medidas tão úteis como foi, por exemplo, o financiamento do observatório astronômico do Colégio de Santo Antão, e do gabinete de física experimental da Casa das Necessidades” ¹⁵. Luiz Gonzaga morreu em 1747.

Segundo esse matemático, a escrita do tratado foi como uma resposta a sua obrigação, mesmo que temendo repetir – apesar das novidades que ele afirma inserir na discussão – o cosmógrafo-mor do reino Luís Serrão Pimentel. O cuidado de Gonzaga se justifica pelo fato de Pimentel ter elaborado o “Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares. Fortes de Campanha e outras obras pertencentes a arquitetura militar. Distribuído em duas partes, Operativa e Qualificativa (1680)”, conhecido e importante manual para desenhar fortificações, sendo o primeiro em língua portuguesa. Mas, Luiz Gonzaga acrescenta que foi convencido por não “poder negar ser esta engenhosa Arte uma das principais partes deste em tudo

14 Júnia Ferreira Furtado. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. Topoi, v. 12, n. 23, jul - dez. 2011, p. 66-83.

15 “Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura” (1969); volume 9 (GAC – HER).

Luzidíssimo Corpo Matemático”. Adverte, portanto, que um estudo mais específico da arquitetura militar era necessário porque como estudioso das Matemáticas, a arquitetura militar não poderia ser ignorada.

Com o intuito de ensinar ao engenheiro como defender seu príncipe e o estado, as primeiras disputas versam sobre a definição da arquitetura militar, cujo objeto final é a construção de fortificações. Até a 10^o disputa, Luiz Gonzaga examina questões concernentes ao estatuto científico da arquitetura militar, os termos e definições necessários para o desempenho de um “bom” engenheiro. Observa-se que a presente obra é dividida em duas partes, teoria e prática, e que esta última explora detalhadamente os usos e funções dos elementos que compõem a fortificação, tais como fosso, flancos, face, gola, cortina, dentre outros.

A partir dessas disputas, que são os capítulos da obra, o autor enuncia as estratégias de domínio e conquista obtidas pelos que detêm as técnicas da arquitetura militar, frisando a todo tempo que a função desse saber é a proteção do Estado e do príncipe. Sendo o bom conhecimento da teoria e da prática dessa ciência a essência para a manutenção dos domínios de um soberano.

Desse modo, para o autor, as possibilidades de o inimigo conquistar as possessões de um rei são enfraquecidas pela aplicação correta desta ciência. Para a garantia de que o engenheiro obterá êxito em seu trabalho, a arquitetura militar deve ser empreendida a partir de um conjunto de regras, as quais são no “Exame Militar” esmiuçadas. A partir das opções expostas, é que o engenheiro decide a que melhor efetivará para defesa, conservação do território e proteção do monarca.

Observa-se que Luiz Gonzaga, em meio aos principais debates concernentes a arquitetura militar – se a arquitetura militar é arte ou ciência, se é ou não uma ciência útil, ou qual o melhor sítio para edificar a fortificação – busca elucidar seus parâmetros na elaboração de plantas de fortificação para a posterior edificação. Sempre chamando a atenção para a importância deste saber na realização de um *bom governo* do Estado. Por meio deste estudo, pode-se demonstrar como este tipo de saber oferece um caminho para refletirmos sobre o papel da ciência na construção do espaço imperial, como elemento constitutivo da formação de um *território*.

Desse modo, entre os saberes que consideramos importantes para a conquista da América, por parte dos portugueses, destacamos nesta pesquisa, as práticas e teorias relativas ao sistema de defesa, uma vez que entendemos que estes são fundamentais para a concretização do domínio das novas terras e estabelecimento do império ultramarino.

Dos elementos das plantas de fortificação

A partir do estudo do manuscrito “Exame Militar”, do padre Luiz Gonzaga, uma maior aproximação das matrizes da arquitetura militar foi possível. Um exemplo é a análise dos elementos que compõem a planta de fortificação.

Para explicar quais são os pontos fortes e fracos de uma praça fortificada, Luiz Gonzaga ensina no referido tratado que o importante é começar a explicação com o ângulo, por ser esta a parte mais fraca, e por isso a que necessitou de transformação. O baluarte é apontado, então, como a grande invenção que minimiza essa fraqueza dos ângulos. A discussão passa a ser em torno do melhor modelo de baluarte. Antes de especificá-los, para comprovar a importância do baluarte, Gonzaga desenvolve uma espécie de histórico das fortificações.

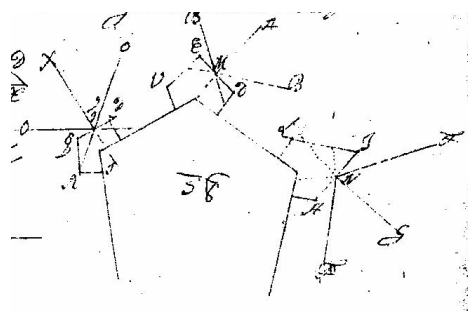
Primeiro há a criação nas fortalezas das torres – sejam quadradas ou em círculos–, que permanecem com pontos indefensáveis; depois há invenção do muro cortado em vários ângulos, permanecendo o mesmo problema: pontos vulneráveis. Então, entre os ângulos há a inserção da cortina. E por fim, a cortina entre os baluartes, que proporciona a melhor defesa. E com a descoberta da artilharia, como a potência do ataque aumenta, fica ainda mais evidente que o ângulo é a parte mais fraca de uma praça, sendo o baluarte definitivamente percebido como a melhor opção.

Ao explicar os elementos do baluarte, como o flanco primeiro, Gonzaga adverte ser esse item como “olho da praça”, sua parte principal: “[deve] ser o flanco primeiro o lugar, em que se deve alojar mais artilharia por ser a parte que mais ofende ao inimigo, e defende as partes opostas da mesma praça [...] porque as partes principais de uma praça são aquelas, sem as quais a praça se não pode dar nem consistir”¹⁶. O flanco

¹⁶ Luiz Gonzaga. Exame Militar, pp. 76 e 77, 1703.

primeiro precisa ser maior para que a área do baluarte também o seja, abrigo, então, mais artilharia.

Nesse elucidar da melhor defesa, o debate é direcionado para a questão de quais são os ângulos corretos para os elementos relacionados. O ângulo do flanco com a cortina, por exemplo, deve ser reto porque proporciona a boa defesa. Já o ângulo flanqueado – o que dá forma ao baluarte – pode ser reto (de 90°), sendo a figura do baluarte denominada como retângulo; como tem a opção de ser agudo (menor que 90°) o ângulo flanqueado, sendo um acutângulo; e por último, cita o baluarte obtusângulo, quando o ângulo flanqueado é obtuso (maior que 90°). Como Gonzaga ensina através da figura 38 do tratado, que corresponde na ordem da esquerda para direita: obtusângulo, retângulo e acutângulo:



17

No estudo das figuras, pode-se perceber que há a busca de uma defesa *micro*, com a diminuição de sua escala. O que corrobora a importância da defesa em seus diferentes níveis; com a articulação entre projetos de defesa e manutenção do Estado.

Nesse sentido, a produção de conhecimento em Portugal pode ser percebida em sua resignificação para a conquista e manutenção do Império Português. O reino recebe condições de moldar os caminhos para a defesa de seus domínios através de um discurso político voltado para a proteção, por meio da arte e ciência, no caso a arquitetura militar.

17 Luiz Gonzaga. Exame Militar, 1703. Figura 38, em anexo no tratado.

Bibliografia

Livros e tratados

FORTES, Manoel de Azevedo. “O Engenheiro Portuguez (1729)”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_ “Tratado do modo o mais fácil e o mais exato de fazer as Cartas Geográficas, (1722)”. Biblioteca Nacional de Portugal.

GONZAGA, Luiz. “Exame Militar, (1703)”. Biblioteca da Ajuda, Portugal.

PIMENTEL, Luis Serrão. “Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares. Fortes de Campanha e outras obras pertencentes a arquitetura militar. Distribuído em duas partes, Operativa e Qualificativa (1680)”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SOARES, Diogo. Manuscrito “Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo (1721)”. Biblioteca Nacional de Portugal.

Livros, teses e artigos

ALBUQUERQUE, Luís de. “Estudos de História – VOLUME II”. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1974.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império, o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro*. Civilização Brasileira, 2003.

BLANCO, Laura Maria de Moraes – *A Cortina de Taipa, Pedra e Cal: as fortalezas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Dissertação de Mestrado.

BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Brasileira, Volume 353. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto. *A Iconografia dos Engenheiros Militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controlo de território*. In: *Universo Urbanístico Português (1415-1822)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

– *Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. Ensaio, parte da Tese de Doutorado, intitulada: Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, defendida na FAU/USP, em 2001. Sob a orientação do Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *Problemas da História da Ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr.* In: **Ciência em Perspectiva. Estudos, ensaios e debates**. Rio de Janeiro, MAST/SBHC, 2003.

CARDIM, P. “La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVII-XVIII)”. In: SABATINI, G. (org). *Comprendre le monarchie iberiche. risorse materiali e rappresentazioni del potere*. Roma: Viella, 2010.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Tese de doutoramento (UFRJ): *A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810)*. Rio de Janeiro, 1997.

CONDURU, Roberto. *Geometria Bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro Setecentista*. In: *Universo Urbanístico Português (1415-1822)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa, Seara Nova, 1950.

– *A política de sigilo nos descobrimentos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

CURTO, Diogo Ramada. *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*. Projecto UNIVERSIDADE ABERTA, Lisboa, 1988.

Dicionário *Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura* (1969); volume 9 (GAC – HER).

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, HUCITEC, 1997, Estudos Históricos.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul - dez. 2011, p. 66-83.

GESTEIRA, Heloisa Meireles – *Cidade Maurícia: a colonização neerlandesa no Brasil – 1637-1645*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político. Portugal Século XVII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

KANTOR, Iris. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol. 17, nº2, São Paulo, 2009.

— *De esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. Hucitec, 2004.

KNAUSS, Paulo. “Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro”. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1997, p. 135-148.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LEITÃO, Henrique. “Sphaera Mundi”. In. *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera - Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*. Lisboa, Catálogos Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Lisboa, Livraria Portugália, 1945. (10 volumes).

_____, *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (1549/1760)*, Lisboa,

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo, HUCITEC, 1987.

MATTOSO, José. *História de Portugal – Volume III. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Coimbra, Editorial Estampa, 1993.

— *História de Portugal – Volume IV. Antigo Regime*. Coimbra, Editorial Estampa, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. “O Negócio do Brasil: Portugal, Os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669”. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino”. *Revista Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, 961-987.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes – *O teatro da colonização: a cidade do Rio de Janeiro no tempo do conde de Bobadella (1733-1763)*. USP. Dissertação de Mestrado em História Social, 1993.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo, ANNABLUME, 2005.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. “A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, Julho 2011*.

RAMA, Angel, *As Cidades das Letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo, Edusp e Imprensa oficial, 2001.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. *História da Universidade Teológica de Évora (Séculos XVI a XVIII)*. Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013.

ROSSA, Walter. “O Urbanismo Regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas”. In *Universo Urbanístico Português: 1415-1822*, Lisboa, 1998, p. 507-536.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c.1750)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 2008.

SCHEDEL, Madalena Serrão Franco. *Guerra na Europa e interesses de Portugal: as colônias e o comércio Ultramarino. A Acção Política e Diplomática de D. João de Melo e Castro, V. Conde das Galveias (1792 -18114)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras; Departamento de História, 2010.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista do Novo Mundo (1492/1640)*, São Paulo, UNESP, 1999.

SEHELLART, Michel. *As artes de governar. Do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo, Ed. 34, 2006.

SKINNER, Quentin. *Uma genealogia do Estado moderno*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

TORGAL, Luís Reis. “Ideologia política e teoria do Estado na Restauração”. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, vol. 1.

VITERBO, Sousa. *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil – Volume I*. Lisboa, Edições Panorama, 1962.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL